

Nota da Diretoria da Assines sobre o recente processo eleitoral no Ines

Os servidores, estudantes e pais atendidos pelo INES participaram do recente processo eleitoral para a definição da próxima direção do instituto. É natural que docentes, técnicos e estudantes, diante da apresentação de quatro candidaturas ao pleito se mobilizassem de forma individual ou coletiva, para a defesa de uma ou outra candidatura, manifestando-se de diferentes formas no processo eleitoral: a) escolhendo uma das candidaturas; b) optando pelo voto nulo ou branco; c) pela abstenção não comparecendo às urnas.

Passadas as eleições, com a apuração do resultado, de acordo com as normas vigentes, nos deparamos com uma série de posições manifestadas por diversos meios e por redes sociais que consideramos com grande apreensão.

Os servidores do INES, por meio da Assines, sempre defenderam a constituição de uma estatuinte com a necessária democratização e construção de um novo Regimento Interno. Por meio da atuação do nosso sindicato e em diversos fóruns institucionais lutamos para que fosse alterado o regimento interno.

Infelizmente, diante de nossas reivindicações, a atual gestão do INES, assim como a que a precedeu, optou por manter os mesmos critérios antidemocráticos de controle do Conselho Diretor. A atual gestão é tanto responsável pela perpetuação dessa estrutura antiquada, quanto pela manutenção dos critérios eleitorais que vigoraram no recente pleito.

Lamentamos que grupos políticos que nunca questionaram seriamente essa estrutura e essas regras, se recusando ao longo dos últimos anos a somar esforços para a superação do atual Regimento Interno, fazendo uso do mesmo quando assim achavam conveniente, em razão de resultado eleitoral que consideram insatisfatório, pretendam, infelizmente, apenas ao fim do processo e com resultado já definido se manifestarem questionando instrumentos que utilizaram diuturnamente.

Alguns, inclusive de maneira desrespeitosa, pretenderam sondar, perscrutar e adivinhar o voto de segmentos dos servidores, mesmo quando a legislação assegura a inviolabilidade e o segredo do voto, reproduzindo – quase! – a velha prática coronelista

que insinua: “ olhe, estou de olho no seu voto”!

Na mesma toada de buscar responsáveis pelo não sucesso de um ou outro candidato(a) buscou-se atribuir a uma ou outra área de atuação profissional o resultado da vitória de um e da derrota de outro (a). Insinuação pouco perspicaz, uma vez que pelos atuais critérios, aceitos e não questionados por nenhum dos candidatos ao pleito, a vitória depende da soma de cada um dos votos com a aplicação da proporcionalidade de cada um dos segmentos, sendo determinante cada voto dado por aluno, pai, docente ou técnico para a obtenção do resultado final. O mais lamentável e que questionamos é a manifestação e esperança de alguns de que o Ministério da Educação desrespeite a vontade manifestada por meio de regras estabelecidas e mantidas pela atual gestão e não acate a posição referenda pela comunidade..

Nesse sentido, indicamos que a Assines, ao longo de pelo menos as duas últimas gestões do INES, foi a única entidade que manifestou suas posições tanto pela defesa de uma estatuinte que democratize efetivamente as relações no INES assim como lutamos historicamente pelo fim da lista tríplice e para que o Ministério da Educação acate as decisões soberanas adotadas pela comunidade acadêmica em consonância com as regras definidas de maneira autônoma pelas instituições de ensino.

Aos que, diante do resultado eleitoral, apelam para uma intervenção do MEC, lembramos que foi por meio de intervenção do mesmo ministério que se desencadeou a ação que pretendia por fim ao CAP/INES e foi a soberania e a mobilização da comunidade que a preservou. O que reivindicam é abrir um grave precedente para que o MEC desrespeite as decisões tomadas no âmbito do instituto.

A Assines lutou e continuará lutando para democratizar o INES em todas as suas instâncias. Assim tem sido feito ao longo das últimas gestões, mas não admitiremos que as regras com as quais os servidores, estudantes e responsáveis, conduziram-se às urnas e definiram seu voto, sejam agora ignoradas e sumariamente desrespeitadas pelo apelo a uma intervenção biônica do MEC.

Temos certeza que a maioria dos servidores, independente de suas opções individuais ou de grupo resistirá a qualquer medida nesse sentido e ficaremos unidos em defesa da democracia e do respeito ao resultado constituído por meio das regras atuais – das quais discordamos – mas que foram mantidas, aprovadas e perpetuadas pela própria gestão que se encerra.

Defendemos a posse da candidatura vitoriosa nessas eleições assim como

defenderíamos a posse da atual gestão caso o MEC houvesse desrespeitado o resultado das urnas em 2010 e assim procederemos todas as vezes em que as decisões adotadas pela comunidade forem desrespeitadas ou pelo governo ou por qualquer direção que esteja a frente do instituto. Reafirmamos, no entanto, a absoluta independência da Assines em relação a toda e qualquer direção geral do INES, bem como a nossa disposição para mantermos as lutas em defesa dos direitos dos servidores, por uma educação efetivamente pública, gratuita e de qualidade, e contra longevas e deletérias práticas que se reproduzem no âmbito do Instituto, como o assédio moral.

Somente dessa forma, estaremos preparados para enfrentar os desafios que se colocam para o próximo período, em que os servidores públicos estarão diante de novos ataques ao seus direitos. Só através da nossa união e mobilização, independente das opções adotadas no pleito eleitoral, poderemos ser vitoriosos.